

## ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE TRABALHADORES (AS) NO CAMPO: CONQUISTAS E DESAFIOS

Francisco Antonio Alves Rodrigues  
Raquel Carine de Moraes Martins  
Rafelina de Sousa Gomes

### Introdução

Nos últimos anos a luta por uma educação do campo vem sendo estabelecida por alguns segmentos da sociedade civil. Dentre eles podemos citar os Movimentos Sociais e Organizações não governamentais que atuam no campo, o Movimento dos Sem-Terra – MST, a Federação dos trabalhadores (as) na agricultura do estado do Ceará – FETRAECE que pontuam as reivindicações por uma educação que contemple a realidade dos sujeitos do campo. Estas lutas foram fundamentais para a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, uma política educacional específica para áreas de assentamentos, envolvendo além dos movimentos e organizações do campo, as universidades e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Uma das principais e recentes conquistas de políticas públicas por uma educação do campo foi a aprovação das ‘Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo’ – Parecer no 36/2001 e resolução 1/2002 do conselho Nacional de Educação .” (Caldart, 2004, p. 01).

O desafio atual, portanto é:

O de construir o paradigma da Educação do Campo, produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação (idem, p. 02).

Ainda Caldart aponta para três tarefas combinadas para esse desafio que seriam as seguintes:

Manter viva a memória da educação do campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos; identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; e seguir na construção do projeto político e pedagógico da educação do campo (idem, p. 02).

É uma educação que exige sua especificidade para ser melhor trabalhada. Uma educação que tenha como objetivo, além da luta pela Reforma Agrária, a luta também por melhores condições de vida, incluindo escolas, trabalho, saúde, moradia, dentre tantos outros aspectos fundamentais para o bem estar das comunidades. O Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) surge de reivindicações, principalmente por parte dos Movimentos Sociais do Campo, que buscam uma política educacional que corresponda à realidade e peculiaridades do homem do campo. Assim, o programa vem se constituindo como uma política pública de educação do campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária, com o objetivo de ajudar a fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas.

Este trabalho fundamenta-se em abordar sobre como vem acontecendo o Pronera no Estado do Ceará, onde tem em andamento três projetos, que são: o Projeto de Alfabetização e Escolarização de trabalhadores e trabalhadoras, Projeto de Escolarização de Educadores e Educadoras e Licenciatura Plena em Pedagogia. Neste trabalho buscamos refletir de forma mais específica sobre os desafios do Projeto de Alfabetização e Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, incluindo os problemas que surgem na execução do projeto, bem como da implementação e coerência da proposta pedagógica à prática.

O Projeto de Alfabetização foi iniciado em outubro de 2004, tendo um duração de 2 anos, no primeiro ano temos a execução do 1º ciclo de EJA (Educação de Jovens e Adultos), que corresponde a 1ª e 2ª série do ensino fundamental, já no segundo ano é dado continuidade com o 2º ciclo, correspondendo a 3ª e 4ª série do ensino fundamental. O Projeto atua em 56 assentamentos rurais federais, com 95 salas de aula, distribuídos em 25 municípios do Estado do Ceará, são eles: Ararendá, Arneiroz, Beberibe, Canindé, Cariús, Crateús, Campos Sales, Independência, Ipueiras, Iracema, Massapé, Marco, Nova Russas, Parambú, Pedra Branca, Santa Quitéria, Sobral, Santana do Acaraú, Tianguá, Tamboril, Tauá, Ubajara e Viçosa do Ceará. Temos ainda a formação de 9 alunos universitários, 9 coordenadores locais e 95 educadores de EJA.

A proposta pedagógica é baseada na Educação Popular, centrando-se, portanto numa ação educativa articuladora dos diversos saberes num processo dialógico, visando à preparação de sujeitos conscientes e autônomos, capazes de articularem processos de contínuas aprendiza-

gens, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

Neste trabalho vamos, primeiramente, falar um pouco do contexto histórico da educação do campo no Brasil e suas implicações para os dias atuais, avanços e retrocessos. Depois discutiremos sobre como foi iniciado o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos nos assentamentos federais, contando sobre as dificuldades e desafios da execução do projeto, incluindo a formação de educadores e educadoras de EJA, e posteriormente vamos abordar sobre os principais resultados alcançados nesse primeiro ano de projeto.

## Breve Histórico da Educação de EJA do Campo no Brasil

A educação básica de adultos começou a delimitar seu espaço dentro da história da educação no Brasil a partir do momento em que o país entrava no seu processo de industrialização durante a década de 30. As transformações desse período se dão, principalmente no campo da industrialização e concentração da população nos centros urbanos em detrimento do rural que fica a margem do desenvolvimento nacional. Com isso, a educação ofertada para o ensino básico gratuito será ampliada aos diversos setores da sociedade brasileira.

Posteriormente surgiram vários programas e campanhas de Educação de Adultos pelo Brasil, tais como: A Campanha de Educação de Adultos que foi lançada em 1947. Já entre as décadas de 50 e 60, com a efervescência dos movimentos sociais, como: o MEB (Movimento de Educação e Base) ligado à igreja católica e o MCP (Movimento de Cultura Popular) com origem na cidade de Recife, destacando aí a atuação do educador Paulo Freire. São movimentos que tiveram como fundamento a educação popular, com princípios na conscientização das massas através da alfabetização e da educação de base, sendo assim, voltaram-se também para a população rural. Porém foram movimentos que tiveram pouca duração devido ao Golpe Militar de 64, pondo fim as ações “subversivas”. No período militar vamos ter a criação e disseminação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que se caracterizou por ser um programa assistencialista e conservador. É nesse programa que o método Paulo Freire vai ser distorcido, ou seja, a metodologia e os conteúdos serão esvaziados de todo o sentido crítico e problematizador. Mais uma vez nos deparamos com uma educação que não respeitará seus educandos, e esses apenas receberam os conteúdos sem direito a questioná-los. Em 1986 o MOBREAL foi transformado em Fundação Educar, que vai

dar mais autonomia para os diversificados projetos de alfabetização a nível nacional, através de financiamentos.

Mais recentemente na década de 90: “A 5ª Confitêa (Conferência Internacional Sobre a Educação de Adultos), realizada em Hamburgo, 1997, estabeleceu um vínculo entre a educação de jovens e adultos e o desenvolvimento sustentado e eqüitativo da humanidade” (PIERRO, 2003, p. 5). O que cabe ao Brasil rever de forma contínua como as políticas públicas para esta modalidade. Mais adiante no mesmo texto de PIERRO vamos ter a seguinte estatística: “Nos anos seguintes o índice médio de analfabetismo no Brasil declinou de 14,7%, em 1996, para 12,4%, em 2001. Enganase, no entanto, quem pensa que essa redução é resultado de políticas públicas educacionais abrangentes, contínuas e adequadas para a sua população jovem e adulta” (idem, p.08). Ainda com PIERRO, no que diz respeito à população rural: “Vale acrescentar que em relação à zona rural nordestina o censo de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registra o maior índice de analfabetismo absoluto do Brasil: 42,6%. Resultado de políticas educacionais ineficientes para a população rural” (idem, p.08).

Como podemos observar nessas estatísticas a educação de EJA é uma modalidade que ainda exige mais atenção por parte dos órgãos públicos como também a contínua cobrança por parte da sociedade civil. Não só no sentido de conseguir ofertar programas emergenciais como ocorre nos nossos dias atuais, um exemplo disso é o Programa Brasil Alfabetizado com duração inicial de 6 meses e posteriormente de 8 meses, onde muito dos municípios e estados não dão continuidade, mas, sobretudo, programas que contribuam para a formação continuada de qualidade para os alunos que estiveram a margem do sistema regular de ensino.

Já na segunda metade da década de 90 vamos ter a criação do Pronera em 1998 pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e INCRA, que segundo o seu Manual de Operações<sup>1</sup>, é “(...) uma política pública específica do governo federal cujo objetivo é estimular propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de educação nos assentamentos (...)”, que iria se efetivar em quatro frentes: educação de jovens e adultos, a formação e escolarização dos educadores do ensino fundamental, a formação técnico-profissional e a produção de materiais didáticos. Assim o PRONERA se efetiva com os seguintes parceiros: as universidades, os Movimentos Sociais e o Governo Federal. A atuação do PRONERA aqui no Ceará na época foi desenvolvido pela UFC, MST e FETRAECE tendo como fonte inspiradora a política de educação desenvolvida pelo MST,

baseada na proposta pedagógica de Paulo Freire. No texto sobre os elementos para uma leitura do PRONERA são colocados três aspectos fundamentais para que se possa reverter o quadro de analfabetismo do campo:

Espera-se em primeiro lugar, que o homem do campo se aproprie desse conhecimento necessário a potencialização de suas formas sociais de organização e lutas; em segundo, espera-se que esse mesmo conhecimento contribua para a formação da identidade subjetiva do assentado como ser humano e como cidadão; e em terceiro, acredita-se que a educação desenvolvida a partir da realidade concreta dos educandos contribua para impulsionar uma formação para aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na zona rural (p.9).

Percebemos aqui um claro objetivo de que os educandos tenham que se apropriar de conhecimentos básicos para poderem transformar suas realidades de maneira coletiva e sustentável. A partir desse breve contexto podemos perceber a importância da criação e efetivação do PRONERA em âmbito nacional.

## A Luta por Uma Educação *No e Do* Campos

O termo *no e do* campo relacionado à educação, segundo Caldart, significa: “no: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p.06). Aqui se mostra com clareza o tipo de educação que se vem lutando, uma educação de direito, onde os sujeitos do campo a tenham garantida no local onde vivem, e, sobretudo, fazendo parte dela, ajudando a pensar e construir que tipo de educação lhes interessa.

É importante ressaltar a significação da construção dessa identidade, pois faz parte da possibilidade concreta dos (as) trabalhadores (as) rurais assumirem o papel de sujeitos no próprio projeto educativo, pois são passos significativos para o povo que vive no meio rural. Segundo FURTADO (2003):

O sistema de educação implementado no Brasil é fortemente marcado pelo modelo excludente de desenvolvimento do campo brasileiro. Durante séculos serviu à classe dominante, sendo inacessível para

grande parte da população rural, principalmente pela concepção vigente de que para desenvolver o trabalho agrícola não seria necessário o letramento (FURTADO, 2003, p. 67).

Como vemos, os dados mostrados no item anterior nos mostra a ausência de políticas educacionais para os povos do campo, portanto, hoje, a reivindicação por uma educação *do* e *no* campo que atenta as necessidades e interesses dos sujeitos do campo é uma bandeira de luta, principalmente, dos movimentos sociais do campo. No relatório das diretrizes operacionais para a educação do campo, 2002, que se constitui como um marco nessa área, diz que:

A orientação estabelecida por essas diretrizes, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão (p.04).

Mais na frente, no que diz respeito às diretrizes em relação às constituições estaduais brasileiras em suas cartas, com normas e princípios voltados para especificidade no ensino rural, incluindo o nosso Estado do Ceará, iremos encontrar, em primeiro lugar que: *Em geral, as constituições dos Estados abordam a escola no espaço do campo, determinando a adaptação dos currículos, dos calendários e de outros aspectos de ensino rural às necessidades e características dessa região (idem, p.19)*. Em segundo lugar diz que: *Trazem referências mais específicas à educação básica para a população do campo, adaptações concretas inerentes às características e peculiaridades desta (idem, p.20)*.

Embora não tenhamos encontrado um quadro nacional satisfatório com relação à EJA do campo, houve no final de março de 2006 o 2º Seminário de Educação do campo do Estado do Ceará. O encontro contou com a participação dos movimentos sociais do campo, da SEDUC, dos representantes das universidades, representantes do MEC e profissionais da área. São passos importantes que estão sendo dados a partir do momento em que estão sendo ampliadas as discussões em torno dos problemas enfrentados pelas escolas do campo, a Prof<sup>a</sup>.dr<sup>a</sup>. Eliane Dayse Furtado, da Universidade Federal do Ceará, apresentou três pontos principais para a melhoria da educação do campo: primeiro alguns problemas a serem enfrentados: a escola descontextualizada, práticas sociais não valorizadas, aluno-trabalhador, atendimento

precário, currículos inadequados; segundo ponto seriam os desafios: a orientação pedagógica e metodológica: educando-sujeito, mudança radical cultural: ênfase no papel político do educador do campo, financiamento; e o terceiro ponto seriam as perspectivas: proposta pedagógica voltada para a realidade dos povos do campo/semi-árido, organização da escolaridade e do tempo pedagógico, formação inicial e continuada, financiamento, gestão compartilhada, implementação das diretrizes. Por fim, acrescentou o estudo das diretrizes para o avanço concreto na educação do campo.

A importância dos parceiros para realização de encontros, seminários, grupos permanentes de trabalho é fundamental para o fortalecimento dessa construção política e pedagógica no que diz respeito à educação dos povos do campo. Concordo com Azevedo, quando diz:

A educação do campo é por essência transversal. Ela é um meio de formação que nasce de um compromisso em reconhecer os sujeitos, recuperar a sua identidade como trabalhador ou trabalhadora do campo, o campo como espaço vivido, dar visibilidade a diferentes vozes e experiências, enfim, criar alternativas de construção de um outro tipo de conhecimento e de prática emancipatória (AZEVEDO, 2005, p. 126).

Ou seja, a educação transcende os muros da escola, tem que estar ligada e a disposição da comunidade num fazer coletivo, fazendo seus sujeitos ativos e transformadores de suas realidades.

## Os Desafios do Projeto de Alfabetização no PRONERA

Como já foi dito o Pronera surge a partir de reivindicações, principalmente por parte dos Movimentos Sociais do Campo. Pressões essas que:

Foram advindas do I Encontro nacional de educação na Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em julho de 1997, promovido em parceria pelo MST, pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e Universidade de Brasília (UNB), tendo incorporado outras universidades e organizações sociais como participantes, como foi o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) (FURTADO, Eliane, 2003).

Em outubro de 2004, foi iniciado através da Universidade Federal do Ceará o projeto de alfabetização e escolarização de trabalhadores e trabalhadoras rurais em áreas de Reforma Agrária do Ceará, abrangendo vinte e três municípios, num total de um mil, oitocentos e noventa e oito (1.898) jovens e adultos em nível de 1º segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). Este projeto é resultado de um convênio entre o INCRA e a FCPC, com a interveniência da UFC.

A proposta foi elaborada a partir de uma reunião feita na sede do INCRA/CE para discutir a situação educacional de trabalhadores (as) rurais assentados (as) e as possibilidades de atendimento pelo PRONERA, através de financiamento de diversas ações educativas na área de EJA. A UFC se comprometeu a elaborar o projeto a fim de que fosse atendida a demanda levantada pela FETRAECE na alfabetização e escolarização do 1º segmento do ensino fundamental. Com isso, a instituição sindical apresentou o número de municípios, assim como a lista de educadores (as) e coordenadores (as) locais, considerando o acesso às salas de aula, os locais de funcionamento e as condições em que essas se encontravam no momento. Foram realizadas várias reuniões de trabalho para se discutir a proposta pedagógica, levando em conta o Manual de Operações do Pronera e a realidade local.

Em relação à seleção dos bolsistas foi feita através de análise de currículo e de entrevista. A equipe de bolsista é formada por 2 alunos das Ciências Sociais, 4 de História, 2 da Pedagogia e 1 de Letras. Dos coordenadores locais, apenas um não tem o ensino médio, sendo aluno da escolarização e 95 professores, sendo que 35 não tem o ensino médio completo, também cursam a escolarização.

As aulas iniciaram no dia 23 de novembro de 2004, porém antes foi realizado o I Encontro Intensivo para capacitação de educadores (as), bolsistas universitários e coordenadores (as) locais. Nesse encontro foram desenvolvidas várias atividades, tais como: estudo de texto sobre as diretrizes operacionais para educação do campo; exposição de vídeos, colocando experiências na educação popular e na EJA; trabalhos em grupo para planejamento, apresentação do perfil cognitivo do aluno<sup>1</sup>, assim como o roteiro para o diagnóstico da turma para que se pudesse ter um idéia do potencial dos educandos em vários setores, desde o produtivo até às relações de grupos sociais e o conhecimento que os educandos já tem em termos de leitura, escrita e de matemática, dentre outros.

Os acompanhamentos das turmas são feito tanto pelo tanto pelo bolsista quanto pelo coordenador (a) local. Os

primeiros acompanhamentos tiveram como principal objetivo conhecer de perto cada comunidade para que fosse feito o diagnóstico da realidade, pois é partindo dessa atividade que são escolhido os temas geradores.

Esses temas precisam estar contextualizados com a realidade do assentamento, procurando ir de encontro com os interesses sociais, políticos e culturais da comunidade, segundo a proposta pedagógica do Pronera contida no relatório parcial, o tema gerador tem que ter uma abordagem pedagógica que:

Contemple a participação ativa dos sujeito a envolvidos no processo educativo, propiciando uma postura investigativa que se expande para além da sala de aula, alcançando níveis de discussão na própria comunidade, o que tem contribuído de forma significativa para o aperfeiçoamento do senso de organização e de busca de soluções para as necessidades individuais e coletivas(p.9)

Ao perguntar tanto aos educadores quanto aos educandos sobre a proposta de se trabalhar com os temas geradores, eles afirmam:

A educação do campo deve ser voltada para os interesses das pessoas que lá vivem. Daí a importância de se escolher e trabalhar com temas geradores com os quais despertaremos o interesse para aprendizagem, afinal quem não quer aprender e saber mais sobre o meio em que vive e sua realidade?(Maria Clecir, educadora do Pronera, assentamento Morrinhos)

Mais adiante dois alunos explicitam: “Essa escola é diferente, ele vem tratar de coisas do nosso meio, de onde a gente vive esse tema do meio ambiente é muito importante para o assentamento...” (Zé Novo, educando do 1º segmento, Pronera, assentamento Saco do Belém). O outro completa: “Nunca mais tinha tocado minha sanfona, essa escola venho pra cá trabalhar nossa cultura, limpei minha sanfona e entrei na escola...” (Aluno do 1º segmento do Pronera, assentamento Grossos).

A proposta de trabalhar com temas geradores são imprescindíveis para a educação de jovens e adultos. O referencial teórico-metodológico do projeto político pedagógico busca fontes na pedagogia libertadora de Paulo Freire, mais fundamentalmente ligado as grandes questões da edu-

cação do campo. Portanto, os vários textos escolhidos para a formação política dos educadores têm se ligado a concepção político-filosófico da educação popular, como a Coleção por uma Educação do Campo, textos de Paulo Freire e Sobre a Reforma Agrária.

Outro ponto para destacar se refere ao calendário escolar que procura respeitar o tempo comunidade, sendo esse discutido entre educadores e educandos, pois os educadores têm autonomia para adaptar o seu horário de acordo com a necessidade da turma. Em relação ao financiamento e a infra-estrutura, foi solicitado, inicialmente, por meio de ofício todo o material de consumo: kit aluno, kit sala, kit capacitação e o material permanente (carteiras, mesas, quadro negro e botijões de gás). Houve compra de óculos para os educadores e educandos, devido a demanda ter sido alta, foi negociada junto com os professores (as) o aumento das despesas na compra de óculos, que teve sua segunda e última remessa atendida agora no início de 2006. As compras de óculos é uma grande vitória do projeto, posto que sejam raros os programas de EJA que disponibilizam óculos para os educandos.

Os principais desafios se encontram em vencer as dificuldades na parte da burocracia e da infra-estrutura do projeto. No que diz respeito infra-estrutura não foi possível sanar todos os problemas nas salas de aula dos assentamentos, apenas no final do primeiro ano foi que as carteiras chegaram até as comunidades, mesmo assim nem todas as salas foram contempladas. Houve problemas com relação ao enfrentamento das distâncias dos assentamentos em relação à cidade sede (há assentamentos com uma distância superior a 70 km da sede ou distrito mais próximo), sem contar que as estradas, num contexto mais amplo, estão em péssimas condições de acesso, os transportes são raros, tem-se a disposição geralmente moto ou carro de horário (estes nem sempre se tem todos os dias). Outro problema se daria com a questão da comunicação, em algumas localidades é bastante precária ou até mesmo nem existe telefones públicos.

No que se refere aos problemas mais burocráticos que envolvem as partes: Coordenação do Projeto e a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, como expedições de notas fiscais, recibos, como também as datas previstas para realização de atividades, mas que só foram cumpridas em outro prazo, devido a não liberação de recursos por motivo de falta de alguns recibos vindos do interior, os quais não chegaram ao prazo solicitado, já pelos motivos citados como as longas distâncias para o correio e as dificuldades de acesso aos transportes, acrescentando ainda a falta de experiência

por parte dos educadores (as) e coordenadores (as) em lidar com essas situações burocráticas. Apesar de todas essas situações, o desenvolvimento do projeto não foi comprometido.

## Considerações Finais

Historicamente, os altos índices de analfabetismo no meio rural estão ligados ao empobrecimento do capital sociocultural da população do campo, por meio de um sistema excludente, onde o campo sempre ficou caracterizado como um “atraso” para o modelo de desenvolvimento dominante. E as políticas de EJA que encontramos são políticas autoritárias que não procuram valorizar o homem do campo, elaborando projetos de fora para dentro.

Nesse contexto vale ressaltar a experiência que tivemos em campo como passo fundamental para reflexão sobre como vem ocorrendo o Pronera, e mais especificamente o projeto de alfabetização do 1º segmento de EJA dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas áreas de reforma agrária no Estado do Ceará. Esse projeto se constitui como um projeto de educação inovador para a comunidade do campo, considerando que sua origem se deu a partir de reivindicações por parte dos movimentos sociais do campo. Ou seja, é uma proposta que tem como principal característica a participação efetiva dos sujeitos do campo em parceria com as demais entidades civis, tais como: universidades, sindicatos, INCRA e organizações não governamentais, na construção de um projeto político pedagógico que atenta as necessidades dos assentados, considerando suas especificidades.

Portanto, concordo com AZEVEDO quando diz:

*A educação é, portanto, o meio pelo qual o ser humano estará buscando essa sua completude. A formação humana é essa busca e os aprendizados que faz em todos os momentos da vida. A formação humana deve ser todo o fundamento da educação porque através dela os sujeitos têm possibilidade de se constituir como ser social responsável pelos seus atos, inclusive pelo seu refletir, de estar no mundo e de dialogar, argumentar de forma ética com os seus semelhantes (p. 115-116).*

E acrescentando a citação a educação favorece para que através dessa formação humana se busque a transformação das realidades existentes, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Porém os desafios na construção desse projeto são grandes, a documentação exigida para prestação de contas como: a emissão de recibos, notas fiscais para comprovação de diárias (despesas com hospedagem e alimentação) dos bolsistas universitários, coordenadores locais e coordenadores do projeto, na realização de acompanhamentos mensais tanto nas salas de aula quanto para realização de encontros pedagógicos locais muitas vezes, devido à falta de infra-estrutura de alguns municípios, chega a emperrar o andamento do projeto devido aos prazos estabelecidos na prestação de contas, pois muitas prefeituras dificultam a emissão de notas para os assentados pro não compreenderem a dinâmica do projeto. Outra dificuldade diz respeito à prestação de contas de locomoção das sedes até os assentamentos, pois como foi dito anteriormente, nem todos os dias e horários tem-se acesso aos carros de horário, sem falar que esses não têm recibos nem notas fiscais, a própria coordenação do projeto junto com a entidade conveniente elaborou o recibo para ser preenchido por esses transportes. Com isso, de acordo com o relatório parcial do projeto, é exigido que formalizem dentro do manual do Pronera as comprovações necessárias e formais, para que esses problemas sejam solucionados, pois evitaria muitos prejuízos para execução do projeto. Ainda acrescentamos que principalmente os materiais permanentes não atenderam a todas as salas de aula.

Apesar das dificuldades e desafios encontrados no decorrer do projeto com relação à precariedade e longitude das estradas para se chegar até os assentamentos, como também os impasses burocráticos, o Pronera é um marco dentro da história da educação do campo, sendo uma experiência de âmbito nacional que atinge milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, não visando apenas a alfabetização para a codificação da leitura e da escrita, mas, sobretudo, para as suas práticas sociais, culturais e políticas.

## Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo, 2004.  
CASTAGNA, Mônica Molina e MEIRE, Sônia Santos A. de Jesus (org.). Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Caderno nº5. Brasília: DF, 2004.  
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (Parecer nº36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS. Projeto Curricular. Ação Educativa: assessoria, pesquisa e informação. São Paulo, 1995. p.8-15.

FURTADO, Eliane Dayse P. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil. In: UNESCO/FAO \_ Educación para la población rural em Brasil, Chile, Colômbia, Honduras, México, Paraguay e Peru. Santiago, UNESCO/FAO, 2003.

HOLANDA, Iolanda M.; RODRIGUES, Fco. Antônio A. (coords.). Relatório Técnico-Pedagógico de Alfabetização e escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Áreas de Reforma Agrária do Ceará. Fortaleza, 2005.

PIERRO, Maria Clara Di (coord.). Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade. Observatório da educação e da juventude. São Paulo, 2003.

PAIVA, Vanilda Paiva. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo. Edições Loyola, 4ª edição, 1987.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA. Manual de Operações, 1999, 2002, 2004.